



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional – Petrolina/PE

## ANEXO I - JUSTIFICATIVA

**Finalidade:** Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos serviços a serem contratados, previstos no Termo de Referência e que aqui após relacionados passam a integrar o TR.

**Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:** O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar serão aprovados por ato da autoridade competente, conforme consta deste Processo Eletrônico nº 59530.001176/2025-08-e.

**Justificativa:** Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

O CIRPA Bebedouro (3ª CIB) não dispõe atualmente de quadro funcional operacional, uma vez que, os mesmos se aposentaram, foram desligados voluntariamente através do PDI ou transferidos para outras Superintendências Regionais. Além disso, a Codevasf não está realizando a contratação direta, via concurso público, para o quadro operacional, estando o mesmo em processo de extinção, sendo necessário suprir a demanda destes serviços via contratação de mão de obra terceirizada, através de certame licitatório.

### **Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:**

Para a elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços foram adotados os salários e benefícios de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho – Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025 do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Pernambuco, SEAC. Para obtenção dos preços médios estimados dos insumos (materiais de limpeza) foi realizada pesquisa de preços dos itens no

Os insumos Uniformes e EPI's tiveram seus preços médios estimados com base em 03 (cotações) de sites especializados, uma vez que, devido suas especificidades não é possível realizar cotação de preços

### **Dos requisitos de aceitação e pontuação das propostas:**

Todas as especificações dos serviços estão em conformidade com o Caderno de Logística do Governo Federal que serve como balizador das atividades para cada segmento de serviço terceirizado contratado, bem como para aferição de resultados dos serviços prestados, sendo ainda o tipo de serviço a ser contratado o definidor dos insumos necessários para execução do mesmo. As empresas interessadas na contratação deverão apresentar as Planilhas de Custo e Formação de Preços com base na convenção da categoria, pois caso haja uma eventual repactuação de contrato somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas. Referente pontuação de propostas a mesma não se aplica, pois o critério de julgamento do presente certame licitatório não é de Técnica e Preço.

**Das exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:** A qualificação técnica busca afastar das contratações públicas, licitantes que por pouca ou nenhuma experiência, sejam capazes de executar com perfeição o objeto da licitação, sendo considerado a nível mínimo de exigência comprovação de que a licitante possui experiência nos serviços da pretendida contratação, de ao menos 50% do quantitativo a ser licitado.

**Da não previsão de requisitos exigidos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação:** Não se aplica.

**Dos critérios de reajustamento e repactuação de preços:** Critérios previstos na Legislação pertinente.

### **Da necessidade da contratação:**

Para a execução do objeto proposto, faz-se imprescindível assegurar a continuidade dos serviços de limpeza, em função principalmente da falta de pessoal operacional do quadro da 3ª CIB, uma vez que, os mesmos se aposentaram, foram desligados voluntariamente através do PDI ou transferidos para outras Superintendências Regionais da Codevasf.



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional

Ademais, existe a necessidade de se ter um ambiente limpo, mantendo-se a conservação dos bens públicos, como também pelo fato de se minimizar a probabilidade de proliferação de organismos patógenos, de insetos ou outros agentes que possam transmitir doenças para os trabalhadores da Codevasf e terceirizados, como também para que se permita um conjunto de condições que tragam benefícios a saúde, o bem-estar, a higiene e salubridade dos animais em cultivo.

**Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:**

Conforme consta no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

**Da adoção do Pregão Eletrônico:** Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de serviços comuns, sem complexidade. A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro. Ressalta-se que a técnica envolvida na execução dos serviços objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como serviço comum. O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo dos serviços seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo dos serviços que serão contratados.

**Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):** Não se aplica.

**Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:** Não se aplica.

**Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona):** Não se aplica.

**Justificativa da adoção do valor estimado público:** Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**Critério de Julgamento:** Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF.

**Dos requisitos de Qualificação Técnica:** Os itens que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR, foram selecionados conforme a complexidade dos serviços a serem executados, de acordo com a Legislação pertinente.

**Permissão para Participação de Consórcios:** Não. Por se tratar de serviços comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

**Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:** Não. A proibição da participação de sociedades cooperativas na contratação de serviços continuados com disponibilização de mão de obra é a regra. O Termo de Conciliação Judicial firmado entre a AGU e o MPT nos autos do processo 01082- 2002- 020-10-00-0, da 20ª Vara do Trabalho de Brasília, enumera alguns serviços em que a contratação destas é vedada. Nos termos da Cláusula Primeira do Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU, a União deverá se abster de contratar, por meio de cooperativas de mão de obra para a prestação de serviços terceirizados, dentre estes constando a da pretendida contratação.

**Permissão para Subcontratação:** Não. Apesar de constar fornecimento de insumos para execução dos serviços, os mesmos compõem a planilha de custos e formação de preços (não encontrando-se como item para fornecimento em separado), portanto são diretamente vinculados às atividades fim da CONTRATADA, tendo em vista não ser possível fracionamento dos encargos/obrigações constantes neste TR.



Ministério da Integração e do desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
3ª Superintendência Regional

**Dos critérios de reajustamento:** Decorrente variação de preços anuais de mercados para os insumos (materiais, ferramentas, equipamentos, uniformes e EPI's) necessários à execução dos serviços, será aplicado como índice de reajuste o IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado, na fórmula constante do subitem 19.14. do TR.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:** Os serviços a serem contratados, considerados continuados, terão que ser executados em prazo superior a um ano, caso seja prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, de acordo com previsto no Plano Plurianual.

**Garantia de Execução (caução):** Sim, pois é obrigatória para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.